PS PARLAMENTO

Propostas de alteração GPPS

OE2027



Este é um mau Orçamento.

01 Não responde à crise do custo de vida e da habitação.

02 Falha aos jovens e às empresas.

03 Desinveste nos serviços públicos, em particular na Saúde.

04 Falha nas ambições de crescimento e deixa dúvidas sobre o rigor e a sustentabilidade das contas públicas.

O PS não vai somar crise à crise.

Assumimos a responsabilidade de viabilizar o Orçamento, exigindo quatro compromissos:

01 Uma revisão constitucional que respeite os valores fundamentais da Constituição.

02 A defesa das pensões presentes e futuras e da Segurança Social pública.

03 O financiamento dos investimentos que não possam ser concluídos no PRR.

04 A cobertura integral e atempada dos apoios previstos para a reconstrução após as tempestades.

O PS no processo da especialidade

O PS irá, na especialidade, abster-se no essencial da proposta de OE.
As insuficiências do Orçamento são responsabilidade única do Governo.

Mas apresentará propostas de alteração que:

01 Preservem o saldo orçamental previsto.

02 Respondam à emergência da crise da habitação e do custo de vida.

03 Cumpram os compromissos do Estado com os portugueses.

6 grandes prioridades

Combater o aumento do custo de vida

Apoiar o acesso à habitação

Investir nos jovens e no seu futuro

Cumprir os compromissos de investimento e reconstrução

Valorizar quem trabalhou uma vida inteira

Um Estado que funcione para as pessoas

Redução temporária do ISP, equivalente à descida do IVA dos combustíveis de 23% para 13%.

Duplicação do apoio ao gasóleo agrícola, de 10 para 20 cêntimos por litro.

Em vigor durante o primeiro trimestre de 2027, a reavaliar de acordo com o contexto e consoante o aumento da receita fiscal.

Compensado pela suspensão da descida do IRC em 1 p.p. (300 M€)

IVA Zero nos bens alimentares essenciais

A experiência de 2023 demonstrou que a descida do IVA se refletiu nos preços dos alimentos.

Uma medida que beneficia todas as famílias e pesa proporcionalmente mais nos orçamentos de quem tem menores rendimentos.

Aplicação inicial durante três meses, a reavaliar de acordo com o contexto e consoante o aumento da receita fiscal.

Compensado pela revogação das “rendas moderadas” de 2300€ (209 M€)

O Governo não pode aumentar o ISP sem passar pelo Parlamento

O Governo, em dezembro 2024 e novembro 2025, aumentou o ISP por portaria, dentro dos limites legais.

Em Portugal diz que não aumenta impostos. Para Bruxelas, usa o aumento de impostos para o ajudar nas regras orçamentais.

Em 2027, o valor máximo de ISP é o que esteja em vigor a 31 dezembro de 2026. O Governo pode reverter descontos, mas terá de o fazer via Assembleia da República e não via portaria.

O Governo não pode ganhar dinheiro com o aumento do custo de vida

Todos os meses, informação de quanto é que o Estado está a ganhar com a inflação acima do previsto no OE.

Em março, junho e setembro, o Governo tem de levar à AR como usar essa receita para apoiar as famílias, pensionistas e empresas

Alargar o acesso às tarifas sociais.

Podem aceder a estas tarifas pessoas com rendimentos até:

6.272,64€
(atualizado em 2023)

5.808,00€
(atualizado em 2017)

Outros critérios

→

8.640€

Atualização automática anual.
Identificação automática dos beneficiários.
Manutenção das majorações em função do agregado familiar.

São centenas de milhares de famílias que passam a ter desconto no acesso à eletricidade, água e gás.

Proteger a indústria dos custos da energia

Manter o apoio às empresas eletrointensivas que o PS conseguiu inscrever no OE2026.

Alargar os apoios às empresas intensivas em gás natural, nomeadamente na cerâmica e no vidro.

Preservar a competitividade industrial e o emprego.

Mais um ano de segurança para quem arrenda

Suspensão por um ano da caducidade dos contratos abrangidos pela medida.

Mantêm-se as possibilidades legais de resolução por incumprimento e de cessação para habitação do senhorio ou dos seus descendentes.

Garantia pública do arrendamento: o contrato com seguro, e o Estado como garante.

O Estado garante ao senhorio o pagamento de rendas em incumprimento e danos abrangidos pelo programa, dentro dos limites legais. O inquilino continua responsável pelas suas dívidas, que o Estado pode recuperar.

Menos risco para os proprietários. Mais casas disponíveis para as famílias.

Condição apresentada pelo PS para aprovar uma nova lei das rendas.

Revogação do regime fiscal das rendas “moderadas” de 2 300€

O regime reduz a tributação dos senhorios sem exigir uma redução efetiva das rendas.

Como afirmou Miranda Sarmento, este benefício fiscal apenas serve para baixar as rendas “imediatamente acima”. **Mas apenas 0,8% das rendas estão acima dos 2 300€**.

Mantém-se o arrendamento acessível (80% da renda mediana).

Poupança de 209 milhões de euros em despesa fiscal improdutiva.

Acabar com os privilégios fiscais de não residentes

Revogar o IFICI, regime que sucedeu ao antigo estatuto dos residentes não habituais.

Avaliar os efeitos dos regimes fiscais de atração de residentes e dos vistos gold, nomeadamente na habitação, considerando externalidades positivas e negativas.

Colocar mais casas no mercado para primeira habitação

Incentivo fiscal à venda de segundas casas em zonas de pressão urbanística destinadas a habitação própria e permanente.

Isenção total: casas até 300 mil euros

Isenção a 50%: casas entre 300 e 500 mil euros

Recuperar a isenção para mais-valias reinvestidas na amortização do crédito à habitação de casa própria ou dos filhos.

Sem impacto orçamental em 2027.

Combater a especulação e mobilizar casas vazias

IMI: tornar efetivo o agravamento da tributação dos imóveis devolutos nas zonas de pressão urbanística.

IMT: agravar a tributação da aquisição de habitação por não residentes.

Incentivos ao usufruto da habitação existentes. Mais receitas para investir na habitação.

Amortizar o crédito à habitação sem pagar comissões

Eliminar a comissão de reembolso antecipado nos empréstimos à habitação com taxa variável.

Facilitar a amortização e a transferência de crédito, reforçando a capacidade das famílias para reduzir os encargos financeiros.

Medida adotada pelo Governo PS em 2022. Governo AD deixou caducar em 2025.

Património público devoluto deve transformar-se em habitação

Ceder gratuitamente às autarquias imóveis públicos devolutos com aptidão habitacional, dispensando avaliações e procedimentos desnecessários.

Agilizar a transferência do parque habitacional do IHRU para os municípios.

Facilitar o financiamento municipal de habitação e reforçar a capacidade de resposta do IHRU.

Congelamento das propinas em todos os ciclos de estudo

Para as instituições de ensino superior, esta atualização vale 0,14% do seu orçamento. Para as famílias, representa um custo fútil.

Beneficia mais de 368 mil estudantes.

Limite de propinas nos mestrados de 2500€

É hora de começar o caminho para regular o custo dos mestrados, através de um processo de diálogo, mas com um valor de referência.

Este caminho de diálogo poderá manter propinas diferenciadas quando os mestrados sejam financiados por empresas.

Abrange até 73 mil estudantes. Alinha-se com tendência do resto da Europa.

Os estágios obrigatórios não podem ser trabalho gratuito

Criar bolsas para os estágios curriculares profissionalizantes exigidos para concluir o curso (e.g. enfermagem, arquitetura, etc.).

Bolsa de valor equivalente a 1,5 IAS, a partir do ano letivo 2027/2028.

Beneficia 9 mil estudantes. Bolsa de 1,5 IAS (805,70€). A partir do ano letivo 2027/2028.

8000 novas camas em residências

O Governo PS criou e investiu no PNAES, para duplicar o número de camas em residências até 26 mil camas.

O Governo AD inaugura estas residências mas não lança novas.

Enquanto isso, o custo do alojamento estudantil dispara.

2027 servirá para abrir e selecionar candidaturas, com investimentos assim que possível.

Mais psicólogos nas escolas e universidades

Garantir o rácio de um psicólogo por 500 alunos no ensino básico e secundário.

No ensino superior, um psicólogo por 750 estudantes.

Reforçar uma resposta estável e de proximidade à saúde mental dos jovens.

O Estado deve pagar 100% da recuperação

Comparticipação integral, através do Fundo de Emergência Municipal, das despesas elegíveis.

Alargar o acesso aos municípios afetados que ficaram excluídos.

Prioridade à recuperação das escolas, estradas e equipamentos públicos.

Roaming interno nacional e sistema de proteção contra catástrofes.

Prolongamento dos apoios às empresas.

O investimento não pode acabar quando acabar o PRR

Garantir financiamento nacional para projetos inicialmente previstos no PRR que tenham sido retirados, reduzidos ou reprogramados por impossibilidade de execução nos prazos europeus.

Não deixar obras e compromissos a meio.

Investir na rede rodoviária e ferroviária, honrando compromissos

O Governo esteve em campo na campanha autárquica para prometer investimentos que aprovou na Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2025. Mas não parece haver verba para fazer obra.

O prometido é devido. O PS apresenta uma proposta por cada distrito de Portugal Continental para fazer cumprir estes compromissos.

Cumprir o acordo com municípios para recuperar 451 escolas

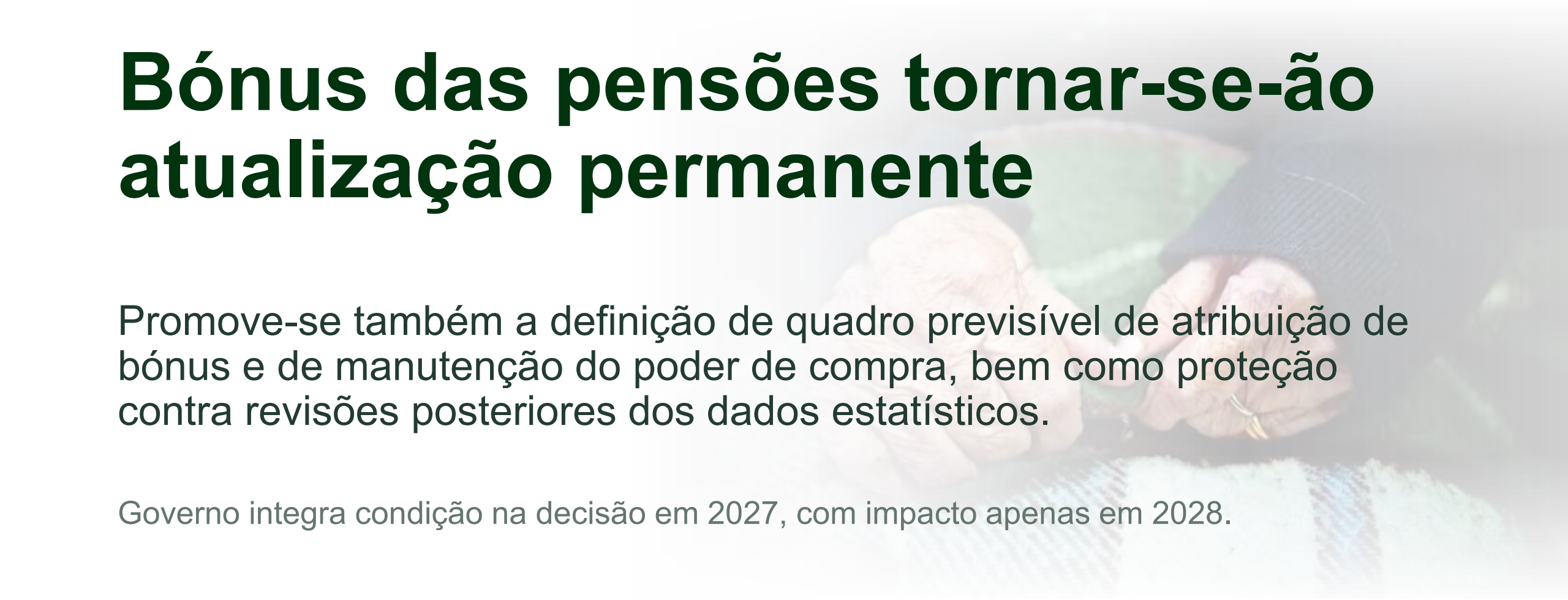


Garantir o financiamento da reabilitação das escolas abrangidas pelo programa acordado com as autarquias.

Investimento previsto: cerca de 1.730 milhões de euros até 2030.

Sem cortes unilaterais, rateios ou limites de financiamento que comprometam as obras.

Bónus das pensões tornar-se-ão atualização permanente



Promove-se também a definição de quadro previsível de atribuição de bónus e de manutenção do poder de compra, bem como proteção contra revisões posteriores dos dados estatísticos.

Governo integra condição na decisão em 2027, com impacto apenas em 2028.

Alargar o Programa Regressar aos emigrantes pensionistas

Alargar o Programa Regressar às pensões recebidas do estrangeiro por antigos residentes em Portugal.

Tributação de apenas 50% do rendimento elegível, durante dez anos.

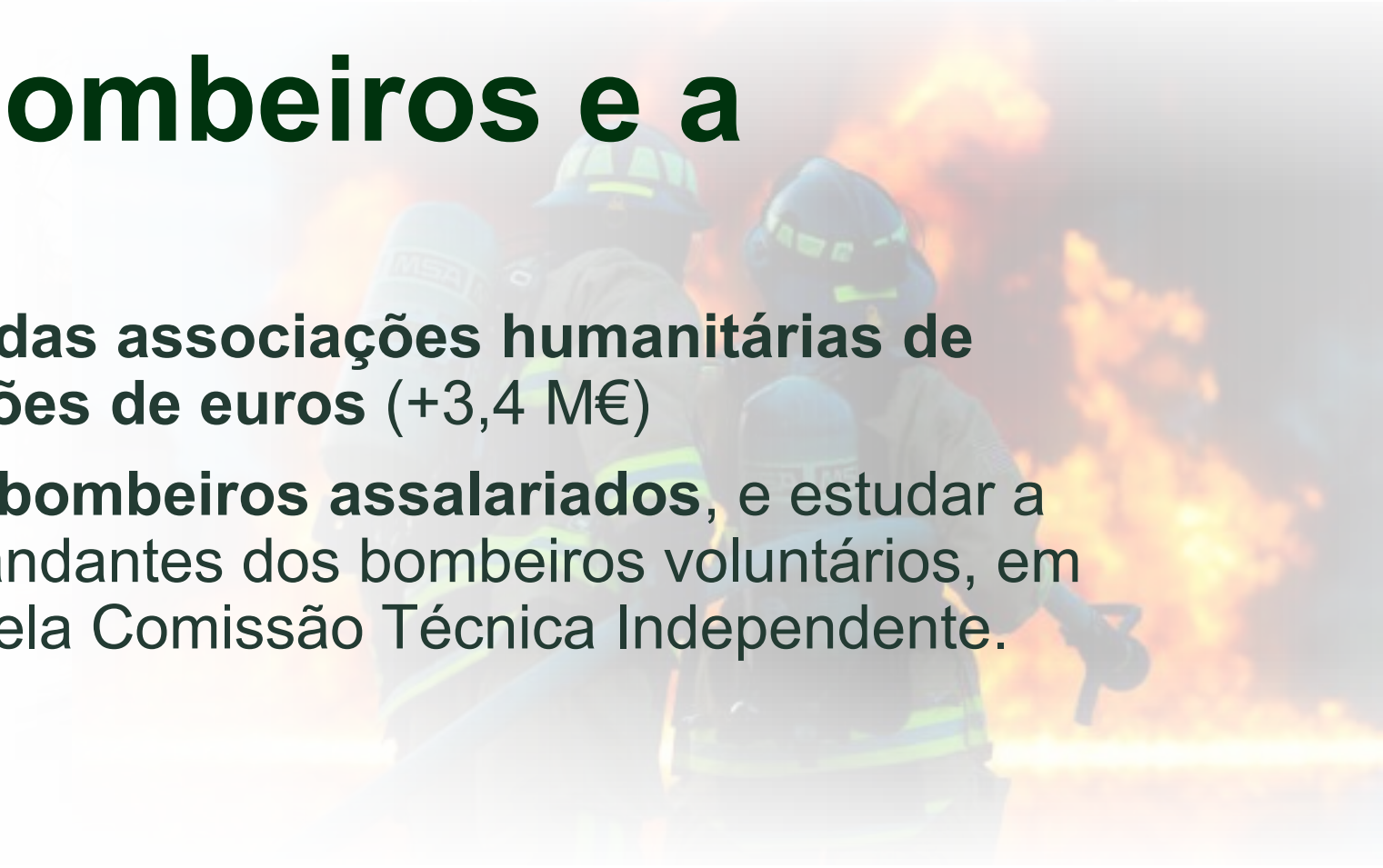
Atrair e fixar mais médicos no SNS

Reconhecer a experiência: valorizar o percurso dos especialistas provenientes do setor privado, social ou do estrangeiro.

Dar melhores condições: expandir as USF e os Centros de Responsabilidade Integrados e criar novos incentivos à dedicação ao SNS.

Atrair quem saiu: promover o regresso de médicos emigrados e facilitar a conciliação entre trabalho e família.

Reforçar os bombeiros e a proteção civil



Reforçar o financiamento das associações humanitárias de bombeiros, para **40,5 milhões de euros** (+3,4 M€)

Valorizar as carreiras dos bombeiros assalariados, e estudar a profissionalização dos comandantes dos bombeiros voluntários, em linha com o recomendado pela Comissão Técnica Independente.

Valorizar as forças de segurança

Aumentar os suplementos remuneratórios, congelados desde 2009.

Garantir transportes públicos gratuitos aos profissionais da PSP e da GNR, incluindo o pessoal civil, nas deslocações em serviço e entre a residência e o local de trabalho, nos transportes terrestres e fluviais.

Facilitar o acesso das famílias aos subsistemas de saúde, alargando de 3 meses para 1 ano o prazo de inscrição de cônjuges.

Em 2027, irá ainda entrar em vigor o reforço do subsídio de patrulha aprovado no OE2026 por proposta do Partido Socialista.

Reforçar o financiamento e a qualidade do ensino profissional

Atualizar anualmente o financiamento das escolas profissionais, ainda sujeitas às tabelas de 2010.

Financiar a manutenção dos Centros Tecnológicos Especializados, incluindo equipamentos, reparações e consumíveis.

Reforçar a inclusão, financiando o Português Língua Não Materna e aumentando os apoios aos alunos com necessidades educativas específicas.

Um Estado que paga a tempo e simplifica a vida às empresas

Garantir pagamentos do Estado em 30 dias, exigindo um calendário com metas até março de 2027 e divulgação trimestral dos resultados.

Criar uma conta-corrente das empresas com o Estado.

Atualizar automaticamente o limite do regime simplificado de IRS, congelado nos 200 mil euros há cerca de uma década, evitando que a inflação aumente a burocracia dos pequenos negócios e trabalhadores independentes.

Reforçar os meios e respeitar os compromissos com as autarquias

Reforçar o Fundo de Financiamento das Freguesias, fazendo cumprir o acordo assinado com a ANAFRE até 2028.

Reforçar o financiamento da descentralização na Educação e na ação social, revendo os rácios de assistentes operacionais e técnicos nas escolas e apoiando com recursos a implementação da PSU.

Garantir o pagamento das transferências do Estado às autarquias pelas competências delegadas no prazo máximo de 60 dias.

Valorizar as carreiras e reforçar a Administração Pública

Novo acelerador de carreiras para assegurar justiça dos restantes funcionários públicos face à recuperação do tempo de serviço dos professores.

Garantir o futuro dos trabalhadores do PRR: abrir concursos para os postos que correspondam a necessidades permanentes e valorizando a experiência adquirida.

Retomar o planeamento dos recrutamentos através da aprovação de um mapa anual de autorizações de recrutamento.

PS PARLAMENTO

Propostas de alteração GPPS

OE2027

